

- Marcelo Mattar Diniz – Nr 379.227, Promotor de Justiça/Professor da PMMG
 - Eudon José Alípio Júnior – Nr 12137519, Perito Criminal da PCMG/Professor da PMMG
 - Jorn Seixas Júnior – Nr 12292751, Perito Criminal da PCMG/Professor da PMMG
 - Marcus Vinícius Soares – Nr 1654219, Professor da PMMG/Professor da PMMG
 - Glause Lemos de Carvalho – Nr 3678729, Perita Criminal da PCMG/Professor da PMMG
 - Ledsonia Gomes Santana de Sousa – Nr 106.2427 – 8, Professora da Secretaria Estadual de Educação/Professora da PMMG
 - Marise Pereira Rabelo – Nr 4571766, Professora da Secretaria Estadual de Educação/ Professora da PMMG

Decisão: acumulações ilícitas, por não se enquadrarem nos termos do artigo 37, inciso XVI, alíneas “a”, “b” e “c”; artigo 37 § 10; art. 38, inciso III; artigos 42 e 142; artigo 95, parágrafo único, inciso I; artigo 128, § 5º, inciso II, alínea “d”, todos da Constituição Federal de 1988, e artigo 17, §§ 1º e 2º dos Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal de 1988, e Artigo 17, parágrafos 1º e 2º dos Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal de 1988.

- Mateus Goulart Alves – Nr 13877774, Professor da UEMG/Enfermeiro da CISSUL – SAMU/Professor da PMMG
 - Cláudia Arouca Queiroz - Nr 13862560, Professora da Prefeitura de Passos/ Professora da UEMG/ Professora da PMMG

26 862316 - 1

Instituto de Previdência dos Servidores Militares

Diretor-Geral: Cel PM QOR Marcio dos Santos Cassavari

Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais
 Anexo Único da Portaria DG Nº 563/2016, publicada no “Minas Gerais” de 26 de julho de 2016, pág. 43.

NOME DO SERVIDOR	MASP	CARGO	SITUAÇÃO ANTERIOR À PROGRESSÃO		PROGRESSÃO A PARTIR DE 01/01/2016	
			NÍVEL	GRAU	NÍVEL	GRAU
Marcos Santos Almeida Cardoso	500154	Aux. Geral Seg. Social	V	A	V	B

26 861938 - 1

Polícia Civil do Estado de Minas Gerais

Chefe da Polícia Civil: Andrea Claudia Vacchiano

Expediente

Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças
 18º Departamento de Polícia Civil de Poços de Caldas

Portaria nº. 001/2016

O Senhor Bráulio Stivanin Junior, Delegado Geral de Polícia, Chefe do 18º Departamento de Polícia Civil de Minas Gerais, com sede na cidade de Poços de Caldas, no uso de suas atribuições e na forma da lei, etc. Considerando a necessidade de constituir Comissão Permanente de Avaliação de veículos oficiais a serem alienados nos leilões descentralizados no âmbito do 18º Departamento;

Resolve:
 Art. 1º - Designar como membros da Comissão Permanente de Avaliação de veículos oficiais a serem alienados nos leilões descentralizados no âmbito do 18º Departamento, os Policiais Civis:

Presidente: Dr. Luis Renato de Toledo Sato, Delegado de Polícia Civil nível Especial, MASP: 457.855-5;

1º Membro: Vanderlei Domingos, Investigador de Polícia Civil nível Especial, MASP: 341.430-7;

2º Membro: Giovanni Avalon Jeronimo, Investigador de Polícia Civil nível II, MASP: 386.374-3;

1º Suplente: Luciano Pereira Barbosa, Investigador de Polícia Civil nível II, MASP: 386.421-2; e,

2º Suplente: Romualdo de Souza, Investigador de Polícia Civil nível Especial, MASP: 341.411-7.

§1º Ocorrendo impedimento de qualquer um dos membros titulares, o membro suplente será convocado para substituí-lo e no caso deste impedimento alcançar o Presidente, sua substituição recairá sobre o membro titular imediato.

§2º Compete à Comissão de Avaliação: apenas avaliar os veículos oficiais da Polícia Civil de Minas Gerais.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Poços de Caldas/MG, 15 de julho de 2016.

Bráulio Stivanin Junior
 Delegado-Geral de Polícia Civil
 Chefe do 18º Departamento de Polícia Civil
 MASP: 336.186-2

Diretoria de Administração e Pagamento de Pessoal

Termo De Instauração De Processo Administrativo
 Processo Administrativo nº 045/2016

O Bel. Marcelo Augusto Couto, Delegado Geral de Polícia, Diretor de Administração e Pagamento de Pessoal, instaura o processo administrativo nº 045/2016, nos termos da Lei 14.184, de 31 de janeiro de 2002 e da Resolução da SEPLAG 037/2005, em desfavor da servidora Aline Maria Soares Dutra Oliveira, Analista da Polícia Civil, Masp. 290.508-1, visando à apuração de débito referente à retificação de progressão na carreira, conforme Informação nº 202/2016 da Coordenadoria de Alterações, ambas desta Diretoria.

Belo Horizonte, 25 de julho de 2016.

Marcelo Augusto Couto
 Delegado Geral de Polícia
 Diretor de Administração e Pagamento de Pessoal

Termo De Instauração De Processo Administrativo
 Processo Administrativo nº 046/2016

O Bel. Marcelo Augusto Couto, Delegado Geral de Polícia, Diretor de Administração e Pagamento de Pessoal, instaura o processo administrativo nº 046/2016, nos termos da Lei 14.184, de 31 de janeiro de 2002 e da Resolução da SEPLAG 037/2005, em desfavor da servidora Adma Sebe Temponi, Analista da Polícia Civil, Masp. 298.605-7, visando à apuração de débito referente à retificação de progressão na carreira, conforme Informação nº 202/2016 da Coordenadoria de Alterações, ambas desta Diretoria.

Belo Horizonte, 25 de julho de 2016.

Marcelo Augusto Couto
 Delegado Geral de Polícia
 Diretor de Administração e Pagamento de Pessoal

Termo De Instauração De Processo Administrativo
 Processo Administrativo nº 047/2016

O Bel. Marcelo Augusto Couto, Delegado Geral de Polícia, Diretor de Administração e Pagamento de Pessoal, instaura o processo administrativo nº 047/2016, nos termos da Lei 14.184, de 31 de janeiro de 2002 e da Resolução da SEPLAG 037/2005, em desfavor da servidora Valéria de Leon Grego, Analista da Polícia Civil, Masp. 290.390-4, visando à apuração de débito referente à retificação de progressão na carreira, conforme Informação nº 202/2016 da Coordenadoria de Alterações, ambas desta Diretoria.

Belo Horizonte, 25 de julho de 2016.

Marcelo Augusto Couto
 Delegado Geral de Polícia
 Diretor de Administração e Pagamento de Pessoal

Termo De Instauração De Processo Administrativo
 Processo Administrativo nº 048/2016

O Bel. Marcelo Augusto Couto, Delegado Geral de Polícia, Diretor de Administração e Pagamento de Pessoal, instaura o processo administrativo nº 048/2016, nos termos da Lei 14.184, de 31 de janeiro de 2002 e da Resolução da SEPLAG 037/2005, em desfavor da servidora Maria das Graças Antunes de Siqueira Santana, Analista da Polícia Civil, Masp. 288.255-3, visando à apuração de débito referente à retificação de progressão na carreira, conforme Informação nº 202/2016 da Coordenadoria de Pagamento e Informação nº 87/SRA/DAPP/2016 da Seção de Registros de Alterações, ambas desta Diretoria.

Belo Horizonte, 25 de julho de 2016.

Marcelo Augusto Couto
 Delegado Geral de Polícia

Termo De Instauração De Processo Administrativo
 Processo Administrativo nº 049/2016

O Bel. Marcelo Augusto Couto, Delegado Geral de Polícia, Diretor de Administração e Pagamento de Pessoal, instaura o processo administrativo nº 049/2016, nos termos da Lei 14.184, de 31 de janeiro de 2002 e da Resolução da SEPLAG 037/2005, em desfavor da servidora Eliane Maria de Paiva Franco Lima, Analista da Polícia Civil, Masp. 287.246-3, visando à apuração de débito referente à retificação de progressão na carreira, conforme Informação nº 202/2016 da Coordenadoria de Pagamento e Informação nº 87/SRA/DAPP/2016 da Seção de Registros de Alterações, ambas desta Diretoria.

Belo Horizonte, 25 de julho de 2016.

Marcelo Augusto Couto
 Delegado Geral de Polícia
 Diretor de Administração e Pagamento de Pessoal

Termo De Instauração De Processo Administrativo
 Processo Administrativo nº 050/2016

O Bel. Marcelo Augusto Couto, Delegado Geral de Polícia, Diretor de Administração e Pagamento de Pessoal, instaura o processo administrativo nº 050/2016, nos termos da Lei 14.184, de 31 de janeiro de 2002 e da Resolução da SEPLAG 037/2005, em desfavor da servidora Simone Santos de Andres Abreu, Analista da Polícia Civil, Masp. 285.725-8, visando à apuração de débito referente à retificação de progressão na carreira, conforme Informação nº 202/2016 da Coordenadoria de Pagamento e Informação nº 87/SRA/DAPP/2016 da Seção de Registros de Alterações, ambas desta Diretoria.

Belo Horizonte, 25 de julho de 2016.

Marcelo Augusto Couto
 Delegado Geral de Polícia
 Diretor de Administração e Pagamento de Pessoal

Termo De Instauração De Processo Administrativo
 Processo Administrativo nº 051/2016

O Bel. Marcelo Augusto Couto, Delegado Geral de Polícia, Diretor de Administração e Pagamento de Pessoal, instaura o processo administrativo nº 051/2016, nos termos da Lei 14.184, de 31 de janeiro de 2002 e da Resolução da SEPLAG 037/2005, em desfavor da servidora Maria Cecília Lopes de Abreu, Analista da Polícia Civil, Masp. 174.575-1, visando à apuração de débito referente à retificação de progressão na carreira, conforme Informação nº 202/2016 da Coordenadoria de Pagamento e Informação nº 87/SRA/DAPP/2016 da Seção de Registros de Alterações, ambas desta Diretoria.

Belo Horizonte, 25 de julho de 2016.

Marcelo Augusto Couto
 Delegado Geral de Polícia
 Diretor de Administração e Pagamento de Pessoal

Termo De Instauração De Processo Administrativo
 Processo Administrativo nº 052/2016

O Bel. Marcelo Augusto Couto, Delegado Geral de Polícia, Diretor de Administração e Pagamento de Pessoal, instaura o processo administrativo nº 052/2016, nos termos da Lei 14.184, de 31 de janeiro de 2002 e da Resolução da SEPLAG 037/2005, em desfavor da servidora Jane Pires Camargos Lemos, Analista da Polícia Civil, Masp. 67.535-5, visando à apuração de débito referente à retificação de progressão na carreira, conforme Informação nº 202/2016 da Coordenadoria de Pagamento e Informação nº 87/SRA/DAPP/2016 da Seção de Registros de Alterações, ambas desta Diretoria.

Belo Horizonte, 25 de julho de 2016.

Marcelo Augusto Couto
 Delegado Geral de Polícia
 Diretor de Administração e Pagamento de Pessoal

Termo De Instauração De Processo Administrativo
 Processo Administrativo nº 052/2016

O Bel. Marcelo Augusto Couto, Delegado Geral de Polícia, Diretor de Administração e Pagamento de Pessoal, instaura o processo administrativo nº 052/2016, nos termos da Lei 14.184, de 31 de janeiro de 2002 e da Resolução da SEPLAG 037/2005, em desfavor da servidora Sérgio Eurípedes Alves, Investigador de Polícia, Masp. 297.177-8, visando à apuração de suposto débito referente ao recebimento indevido de Adicional por Tempo de Serviço no período compreendido de dezembro de 2012 a julho de 2016, conforme Informação nº 048/2016 da Seção de Concessão de Vantagens e Informação nº 388/2016 da Coordenadoria de Pagamento, ambas desta Diretoria.

Belo Horizonte, 25 de julho de 2016.

Marcelo Augusto Couto
 Delegado Geral de Polícia
 Diretor de Administração e Pagamento de Pessoal

Termo De Instauração De Processo Administrativo
 Processo Administrativo nº 053/2016

O Bel. Marcelo Augusto Couto, Delegado Geral de Polícia, Diretor de Administração e Pagamento de Pessoal, instaura o processo administrativo nº 053/2016, nos termos da Lei 14.184, de 31 de janeiro de 2002 e da Resolução da SEPLAG 037/2005, em desfavor do servidor Sérgio Eurípedes Alves, Investigador de Polícia, Masp. 297.177-8, visando à apuração de suposto débito referente ao recebimento indevido de Adicional por Tempo de Serviço no período compreendido de dezembro de 2012 a julho de 2016, conforme Informação nº 048/2016 da Seção de Concessão de Vantagens e Informação nº 388/2016 da Coordenadoria de Pagamento, ambas desta Diretoria.

Belo Horizonte, 25 de julho de 2016.

Marcelo Augusto Couto
 Delegado Geral de Polícia
 Diretor de Administração e Pagamento de Pessoal

Diretoria de Aquisições, Contratos e Convênios

Extrato Para Publicação de Decisão
 Processo Administrativo nº 002/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 c/c Decreto Estadual 45.902 de 27 de janeiro de 2012, a Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças, por intermédio de sua Diretoria de Aquisições, Contratos e Convênios da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, torna pública Decisão do Processo Administrativo Punitivo nº 002/2016, conforme se segue:
 Empresa: Cremer S/A.
 CNPJ: 82.641.325/0021-61
 Município: Pouso Alegre
 Unidade Federativa: Minas Gerais
 Data da Decisão: 22 de julho de 2016
 Infração: retardamento imotivado de fornecimento de bens, luvas de procedimentos, com atraso na execução superior a 30 (trinta) dias.
 Decisão Final: Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento da nota de empenho nº 39 (luvas de procedimentos), em decorrência do atraso superior a 30 (trinta) dias na entrega dos produtos, conforme item 13.1.2.2 da Ata de Registro de Preços nº 111/2015 – FHEMIG e com fulcro nos arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93.
 Publique-se.

Belo Horizonte, 25 de julho de 2016.

Weslei Rodrigues Oliveira
 Diretor de Aquisições, Contratos e Convênios
 Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças

Extrato Para Publicação de Decisão
 Processo Administrativo nº 004/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 c/c Decreto Estadual 45.902 de 27 de janeiro de 2012, a Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças por intermédio de sua Diretoria de Aquisições Contratos e Convênios da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, torna pública Decisão do Processo Administrativo nº 004/2016, conforme se segue:
 Empresa: Cremer S/A.
 CNPJ: 82.641.325/0021-61
 Município: Pouso Alegre
 Unidade Federativa: Minas Gerais
 Data da Decisão: 22 de julho de 2016
 Infração: retardamento imotivado de fornecimento de bens, luvas de procedimentos, com atraso na execução superior a 30 (trinta) dias.
 Decisão Final: Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento da nota de empenho nº 39 (luvas de procedimentos), em decorrência do atraso superior a 30 (trinta) dias na entrega dos produtos, conforme item 13.1.2.2 da Ata de Registro de Preços nº 111/2015 – FHEMIG e com fulcro nos arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93.
 Publique-se.

Belo Horizonte, 25 de julho de 2016.

Weslei Rodrigues Oliveira
 Diretor de Aquisições, Contratos e Convênios
 Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças

Extrato Para Publicação de Decisão
 Processo Administrativo nº 004/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 c/c Decreto Estadual 45.902 de 27 de janeiro de 2012, a Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças por intermédio de sua Diretoria de Aquisições Contratos e Convênios da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, torna pública Decisão do Processo Administrativo nº 004/2016, conforme se segue:
 Empresa: Cremer S/A.
 CNPJ: 82.641.325/0021-61
 Município: Pouso Alegre
 Unidade Federativa: Minas Gerais
 Data da Decisão: 22 de julho de 2016
 Infração: retardamento imotivado de fornecimento de bens, luvas de procedimentos, com atraso na execução superior a 30 (trinta) dias.
 Decisão Final: Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento da nota de empenho nº 39 (luvas de procedimentos), em decorrência do atraso superior a 30 (trinta) dias na entrega dos produtos, conforme item 13.1.2.2 da Ata de Registro de Preços nº 111/2015 – FHEMIG e com fulcro nos arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93.
 Publique-se.

Gerais, torna pública Decisão do Processo Administrativo nº.004/2016, conforme se segue:

Empresa: Falcão Alimentos LTDA – ME
 CNPJ: 05.893.299/0001-74
 Município: Rio Pardo de Minas
 Unidade Federativa: Minas Gerais
 Data da Decisão: 21 de julho de 2016

Infração: Irregularidades no fornecimento das refeições (café da manhã, almoço e janta) em desacordo com as especificações do cardápio, no que tange a quantidade, qualidade e tipo de alimento, conforme Decreto Estadual nº 45.902/12 e/ou Lei Federal nº 8666/93.

Decisão Final: Arquivamento.
 Publique-se.

Belo Horizonte, 25 de julho de 2015.

Weslei Rodrigues Oliveira
 Diretor de Aquisições, Contratos e Convênios
 Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças

25 861817 - 1

Atos Assinados pela Senhora Chefe da Polícia Civil de Minas Gerais.

Resolução nº 7.844 de 25 de julho de 2016.

Dispensa e designa Ordenador de Despesas, para atuação junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAF/MG, no âmbito da Polícia Civil.

Art. 1º Designar o servidor a seguir nominado das funções de Ordenador de Despesas da respectiva Unidade Executora:

MASP	Nome	Cargo	UE
293.694-6	Oswaldo Wiermann Júnior	Delegado de Polícia	1510071

Art. 2º Designar os servidores a seguir nominados para exercerem as funções de Ordenador de Despesas na respectiva Unidade Executora:

MASP	Nome	Cargo	UE
386.036-8	Elizabeth de Freitas Assis Rocha	Delegado de Polícia	1510071
1.061.175-4	Matheus Cobucci Salles	Delegado de Polícia	1510071

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor, na data de sua publicação. Registre-se. Publique-se e Cumpra-se.

Chefia da Polícia Civil, em Belo Horizonte aos 25 de julho de 2016.

Andrea Cláudia Vacchiano
 Chefe da Polícia Civil

66.630 - no uso de suas atribuições, em atendimento ao acórdão proferido pela 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, que não concedeu a impetração do Habeas Corpus Criminal contra decisão do Juízo de Direito da Comarca de Formiga, processo nº 1.0000.16.008722-7/000, restabelece os efeitos do afastamento cautelar de João Pedro De Rezende, MASP 226.540-3, das funções do cargo de Delegado Geral de Polícia.

66.631 - no uso de suas atribuições, nos termos da Lei 9.401, de 18 de dezembro de 1986, regulamentada pelo Decreto nº 27.471, de 22 de outubro de 1987, concede a Valéria Garcia E Silva, MASP 368.841-3, Delegada de Polícia, código DL, nível Especial, lotada no Instituto de Identificação, prorrogação de redução de jornada de trabalho para 20 (vinte) horas semanais pelo período de 06 (seis) meses.

66.632 - no uso de suas atribuições, concede licença por motivo de doença em pessoa da família, nos termos do art.65, § 1º da Lei nº 129 de 08 de novembro de 2013, a Daniela Dos Santos Silva, MASP 1.188.280-0, Delegada de Polícia, código DL, nível Especial, lotada na 4ª Delegacia Regional de Polícia Civil/Sete Lagoas/14º Depto., período de 60 (sessenta) dias a partir de 27/06/2016.

66.633 - no uso de suas atribuições, nos termos da Lei 9.401, de 18 de dezembro de 1986, regulamentada pelo Decreto nº 27.471, de 22 de outubro de 1987, concede a Carolina Gonçalves Magalhães, MASP 1.188.475-6, Delegada de Polícia, código DL, nível Especial, lotada na 1ª Delegacia Regional de Polícia Civil/Juiz de Fora/4º Depto., prorrogação de redução de jornada de trabalho para 20 (vinte) horas semanais pelo período de 06 (seis) meses.

66.634 - no uso de suas atribuições, concede licença por motivo de doença em pessoa da família, nos termos do art.65, § 1º da Lei nº 129 de 08 de novembro de 2013, a Daniela Dos Santos Silva, MASP 1.188.280-0, Delegada de Polícia, código DL, nível Especial, lotada na 4ª Delegacia Regional de Polícia Civil/Sete Lagoas/14º Depto., período de 60 (sessenta) dias a partir de 27/06/2016.

66.635 - no uso de suas atribuições, nos termos da Lei 9.401, de 18 de dezembro de 1986, regulamentada pelo Decreto nº 27.471, de 22 de outubro de 1987, concede a Rogério Dos Reis Carvalho, MASP 296.520-0, Perito Criminal, código PR, nível Especial, lotado no Instituto de Criminalística, redução de jornada de trabalho para 20 (vinte) horas semanais pelo período de 06 (seis) meses.

66.636 - no uso de suas atribuições, nos termos da Lei 9.401, de 18 de dezembro de 1986, regulamentada pelo Decreto nº 27.471, de 22 de outubro de 1987, concede a Alexandra De Castro Monteiro Souza, MASP 369.835-4, Escrivã de Polícia II, código EP-II, nível III, lotada na Delegacia Especializada de Atendimento à Pessoa com Deficiência e ao Idoso/DIOPF, prorrogação de redução de jornada de trabalho para 20 (vinte) horas semanais pelo período de 06 (seis) meses.

66.637 - no uso de suas atribuições, nos termos da Lei 9.401, de 18 de dezembro de 1986, regulamentada pelo Decreto nº 27.471, de 22 de outubro de 1987, concede a Eunice Antônia De Lisboa, MASP 442.280-4, Escrivã de Polícia II, código EP-II, nível II, lotada na Central de Flagrantes I/1º Depto., prorrogação de redução de jornada de trabalho para 20 (vinte) horas semanais pelo período de 06 (seis) meses.

66.638 - no uso de suas atribuições, nos termos da Lei 9.401, de 18 de dezembro de 1986, regulamentada pelo Decreto nº 27.471, de 22 de outubro de 1987, concede a Luiz Natal França, MASP 341.375-4, Investigador de Polícia II, código IP-II, nível Especial, lotado na 1ª Delegacia Regional de Polícia Civil/Uberlândia/9º Depto., prorrogação de redução de jornada de trabalho para 20 (vinte) horas semanais pelo período de 06 (seis) meses.

66.639 - no uso de suas atribuições, nos termos da Lei 9.401, de 18 de dezembro de 1986, regulamentada pelo Decreto nº 27.471, de 22 de outubro de 1987, concede a Mário Luiz De Freitas Valle, MASP 667.764-5, Investigador de Polícia II, código IP-II, nível II, lotado na 2ª Delegacia Regional de Polícia Civil/Araxá/5º Depto., prorrogação de redução de jornada de trabalho para 20 (vinte) horas semanais pelo período de 06 (seis) meses.

66.640 - no uso de suas atribuições, nos termos da Lei 9.401, de 18 de dezembro de 1986, regulamentada pelo Decreto nº 27.471, de 22 de outubro de 1987, concede a Ellen Marcia Lopes Santos De Carvalho, MASP 1.061.108-5, Investigadora de Polícia II, código IP-II, nível III, lotada na Delegacia Especializada de Acidentes de Veículos/DETRAN, prorrogação de redução de jornada de trabalho para 20 (vinte) horas semanais pelo período de 06 (seis) meses.

66.641 - no uso de suas atribuições, nos termos da Lei 9.401, de 18 de dezembro de 1986, regulamentada pelo Decreto nº 27.471, de 22 de outubro de 1987, concede a Mário Luiz De Freitas Valle, MASP 667.764-5, Investigador de Polícia II, código IP-II, nível II, lotado na 2ª Delegacia Regional de Polícia Civil/Araxá/5º Depto., prorrogação de redução de jornada de trabalho para 20 (vinte) horas semanais pelo período de 06 (seis) meses.

66.642 - no uso de suas atribuições, nos termos da Lei 9.401, de 18 de dezembro de 1986, regulamentada pelo Decreto nº 27.471, de 22 de outubro de 1987, concede a Marcos Geraldo Paiva Costa, MASP 1.107.205-5, Investigador de Polícia II, código IP-II, nível I, lotado na 1ª Delegacia Regional de Polícia Civil/Uberlândia/9º Depto., prorrogação de redução de jornada de trabalho para 20 (vinte) horas semanais pelo período de 06 (seis) meses.

66.643 - no uso de suas atribuições, nos termos da Lei 9.401, de 18 de dezembro de 1986, regulamentada pelo Decreto nº 27.471, de 22 de outubro de 1987, concede a Rogéria Marília Martins Pereira, MASP 1.257.454-7, Investigadora de Polícia II, código IP-II, nível I, lotada na Delegacia de Polícia Civil de Extrema/17º Depto., redução de jornada de trabalho para 20 (vinte) horas semanais pelo período de 06 (seis) meses.

66.644 - no uso de suas atribuições, nos termos da Lei 9.401, de 18 de dezembro de 1986, regulamentada pelo Decreto nº 27.471, de 22 de outubro de 1987, concede a Andrea Cristina Da Silva Ferreira, MASP 1.412.544-7, Investigadora de Polícia I, código IP-I, nível I, lotada na Academia de Polícia Civil, redução de jornada de trabalho para 20 (vinte) horas semanais pelo período de 06 (seis) meses.

66.645 - no uso de suas atribuições, retifica o ato nº 66.593, de Alberto Tenório Cavalcante Filho, publicado no Minas Gerais em data de 05 de julho de 2016;

Onde se lê: período de 53 (cinquenta e três) dias, a partir de 30/05/2016.

Leia-se: período de 54 (cinquenta e quatro) dias, a partir de 01/07/2016.

25 861816 - 1

**POLICIA CIVIL DE MINAS GERAIS
 DE**